

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

género, ou seja, de
“anos zero” da sua
mulheres numa his
dos fenómenos, se
em grande parte, c
se de alguma bibli

Género e História

Já são conhecidas as linhas mestras do desenvolvimento dos estudos de história de género, em Portugal, desde os anos 1970 até à atualidade (Cova, 2001, 1999; Vaquinhas, 2019, 2015, 2009, 2002, 2000). A democratização ocorrida na sequência da Revolução do 25 de Abril de 1974, entre outros fatores (entrada, em número crescente, de mulheres nos ensinos secundário, superior e no mercado de trabalho; inclusão nas agendas políticas de questões relativas aos direitos das mulheres, a par de deliberações do Conselho da Europa, da Comunidade Económica Europeia e de outras organizações sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres...) teve um impacto significativo na renovação historiográfica e na mudança de paradigmas epistemológicos, impondo o diálogo interdisciplinar e acelerando os estudos de história das mulheres no país.

Seguiu-se o seu reconhecimento como área científica, abrindo caminho à receção do conceito de género no discurso historiográfico, o qual ocorreu nos anos 1990, fazendo avançar novas linhas de pesquisa e obrigando a reavaliar “as grandes questões da história”, ao partir-se do pressuposto de que a diferença de sexos não é apenas um fenómeno natural, mas uma construção cultural e histórica. A partir do final do século XX e, muito em particular, desde o início do século XXI, ocorre uma verdadeira “explosão” na pesquisa de história das mulheres e/ou género, multiplicando-se os estudos empíricos, respaldados, em grande parte, em quadros teóricos, de referência feminista ou outra.

Menos conhecida é a produção científica da fase “pré-histórica” dos estudos de género, ou seja, de períodos anteriores aos anos 1970, considerados por alguns autores os “anos zero” da sua emergência. Embora o “silêncio dos documentos”, a invisibilidade das mulheres numa história que se declinava no masculino e a ocultação da dimensão sexuada dos fenómenos, sejam dados há muito conhecidos para essa fase dos estudos, consonante, em grande parte, com o paradigma positivista predominante na ciência histórica, dispõe-se de alguma bibliografia sobre a intervenção feminina no processo histórico português, desde tempos recuados.

Se tomarmos como base de pesquisa o inventário de publicações portuguesas sobre o feminino e a condição das mulheres desde o século XVI aos anos 90 do século XX, recolhido por Regina Tavares da Silva



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em bibliotecas nacionais e publicado no ano de 1999 sob o título *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (Monografias, 1518-1998)*, não é difícil concluir por uma produção relativamente modesta, ascendendo as monografias recenseadas a cerca de duas mil referências. Organizadas pela autora em grandes núcleos temáticos, aqueles que são numericamente mais representativos dizem respeito às seguintes matérias: “mulher e sociedade: igualdade/diferença/género” (12,9%); “história das mulheres/mulheres na história” (9,44%) e “trabalho feminino/formação e afirmação pessoal das mulheres” (8,49%). Já em termos cronológicos, os estudos centram-se, sobretudo, nos séculos XIX e XX, em particular no período pós-1850, obedecendo a sua grande maioria a duas grandes linhas de força: considerações e reflexões teóricas sobre o papel das mulheres na sociedade e biografias de figuras femininas.

Razões políticas e ideológicas parecem justificar essa incidência cronológica. A modernização do país em que estava empenhada a Regeneração e a necessidade de recuperar o atraso que nos separava de países considerados mais cultos e “civilizados” que promoviam a instrução feminina e a progressiva incorporação das mulheres no espaço público, por via do trabalho, tanto na indústria como no setor terciário, impulsionaram reflexões sobre o papel, os direitos e as responsabilidades das mulheres na sociedade, com impacto em publicações sobre o assunto. Apesar de as instituições reduzirem fortemente o direito de as mulheres participarem na vida social e cívica, sendo consideradas cidadãos de segunda ordem, é-lhes reconhecido um eminente papel na vida privada. As suas funções tradicionais, como esposa e mãe, são valorizadas e entendidas, por alguns liberais mais progressistas, como um veículo de progresso e um elemento importante na criação do estado nação e na construção da identidade nacional.

Alguns dos autores que escrevem sobre a problemática feminina partilham de pontos de vista menos segregadores quanto à condição feminina, compaginando-os, na medida do possível, com apelos à extensão e reforço da instrução feminina, de preferência de base laica, de modo a subtrair as mulheres da influência da Igreja católica, em especial do ensino congreganista religioso, que ensina “futilidades”, como escrevia Sanches de Frias (*A Mulher. Sua infância...*, s.d., p. 21). Assim, o expressam, entre outros autores, José Joaquim Lopes Praça (1872), J. A. Marques Gomes (1888), D. António da Costa (1892), Sanches de Frias (s.d.), Carneiro de Moura (1900) e Victor de Moignéie (1924). Todos, de um modo geral, enquadram a condição feminina numa longa narração histórica sobre os costumes ou sobre a vida sociocultural do passado, para se deterem, com pormenor, na “missão da mulher” na sociedade do seu tempo.

De forma similar, multiplicam-se na imprensa periódica, da responsabilidade de autores consagrados ou desconhecidos, textos de idêntico teor, a exemplo de *O Instituto* (A., “As mulheres historicamente...”, 1855, pp. 157-158) ou do jornal *A Voz da Justiça*, no qual o advogado António Macieira tece considerações sobre o quadro jurídico da condição feminina, desde tempos remotos aos inícios do século XX (1909). Se o/a autor/a partilha de princípios republicanos, o peso obstrutivo e negativo do evoluir histórico é reforçado, “tingido” de cores sombrias, de modo a se evidenciarem as novidades progressistas trazidas pelo novo regime político, a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

exemplo das “interpretações” da evolução histórica da condição das mulheres feitas por Luís de Mesquita (1909), Maria Veleda (1909) ou por Virgínia de Castro e Almeida (1913). Nessa linha interpretativa, a última autora usa o adjetivo “calvário” para qualificar de “inferioridade histórica” a condição feminina do passado, que contrapõe à “prodigiosa evolução” dos tempos futuros e que entronca nas expectativas criadas pela ideologia republicana (Almeida, *A Mulher...*, 1913, p. 19), integrando a evolução histórica da condição feminina numa conceção linear do progresso da sociedade para a democracia.

O direito à instrução ou a necessidade da sua melhoria é, em regra, consensual, independentemente das ideologias perfilhadas. Distintas são, no entanto, as posições assumidas quanto aos níveis de ensino e às formações profissionais a que as mulheres poderiam aceder como condição para a sua integração no mercado de trabalho ou no universo do empreendedorismo. Neste campo, os pontos de vista não revestem formas coletivas. O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Lopes Praça (1844-1920), é um dos poucos intelectuais que advoga a formação intelectual da mulher de nível secundário e superior (1872). Inclusive, D. António da Costa (1824-1892), o primeiro titular da pasta da Instrução Pública em Portugal no ano de 1870 (Simões, “D. António da Costa...”, 1963, p. 722), e que muito se bateu pela expansão do ensino primário feminino, excluía as mulheres do ensino superior, sob o argumento de que “a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza [...]” (Costa, *A Mulher em Portugal...*, 1892, pp. 411-412).

Já a produção jurídica anterior à codificação feita pelo Código Civil, de 1867, sobretudo no tocante à legislação familiar e seus efeitos sucessórios, foi abordada por alguns juristas, sendo de relevar os trabalhos de Manuel Borges Carneiro (1851) e de Coelho da Rocha (1852), que, no entanto, não autonomizam matérias relativas a questões femininas.

No final do século XIX, no quadro da conjuntura de crise do sistema representativo português, e no momento em que “sopravam ventos de democratização na Europa” (Almeida, “Eleitores, votos...”, 2010, p. 65), foi aberto um debate, no campo jurídico-constitucional, sobre o sistema eleitoral e as regras da inclusão/exclusão cívica, que não deixou de lado as mulheres. Ao arripio da compreensão da maior parte da doutrina do século XIX, o constitucionalista Marnoco e Sousa (1869-1916) defende o sufrágio feminino, que vincula à natural evolução económica e social, afirmando, sem reboços, que “a entrada da mulher na via económica exige, como consequência forçada, a sua entrada na vida política” (Sousa, *Constituição política...*, 1913, p. 274). O confronto entre o catolicismo e o movimento feminista, após a vitória republicana, é objeto de análise por parte do leigo Abúndio da Silva (1912), que, no âmbito do novo quadro de articulação entre crença e cidadania, destaca a importância da ação feminina enquanto vetor de “renovação social e de restauração católica” (Ferreira, *Um católico militante...*, 2007, p. 51).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Um dos outros eixos de concetualização da história das mulheres, entre 1850 e as primeiras décadas do século XX, centra-se, como se salientou, nas biografias de mulheres notáveis, o que, na opinião de Natalie Zemon Davis, constitui “a forma primigenia de historia de las mujeres” (Santesmases *et alii*, “Feminismos biográficos...”, 2017, p. 381). As origens desta corrente historiográfica são antigas, remontando à Antiguidade clássica, mais precisamente à galeria de mulheres virtuosas de Plutarco, sendo retomada pela historiografia de cunho positivista. A própria construção dos estados-nação no século XIX imprimiu à narrativa histórica e à criação de panteões de “homens célebres” um papel importante na definição simbólica das identidades nacionais, e que, por aproximação, beneficiou também as mulheres, consideradas “moralmente” superiores aos homens, permitindo demonstrar e/ou reivindicar o seu lugar na história, em particular, como rainhas (Benevides, *Rainhas de Portugal...*, 1878-1879) ou nos campos da cultura e da religião. Trata-se, no entanto, de uma reduzida elite feminina, pouco representativa da experiência coletiva das mulheres do seu tempo, cujos “talentos” são objeto de encomiásticos elogios.

Um exemplo representativo desta linha de produção histórica sobre o feminino pode ser ilustrado com pequenas biografias de mulheres que constam da obra *Portuguezes Illustres*, de M. Pinheiro Chagas (1873) e, muito em particular, do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, continuado, após a sua morte, por Brito Aranha. Nos vinte e um tomos desta obra monumental, que se publicou entre 1858 e 1970, figuram cerca de cento e cinquenta mulheres, correspondendo mais de metade a personagens dos séculos XVIII e XIX. São referenciadas, sobretudo, pela produção literária, em especial, pela escrita de romances/novelas, de poesias/sonetos, de textos religiosos e vida de santos, mas também por traduções de obras estrangeiras.

No século XVIII, as considerações filosóficas, culturais ou intelectuais, de teor iluminista, favoreceram a emergência de uma elite letrada feminina, cuja influência e prestígio marcarão os salões/assembleias da nobreza ou da burguesia endinheirada nas principais cidades do país, sendo evocadas, entre outras individualidades, Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, viscondessa de Balsemão (1749-1824) (*Diccionario...*, 2.º vol., 1859, p. 63), Francisca Paula Possolo da Costa (1783-1838) (*Idem*, 2.º vol., 1859, p. 318), Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, marquesa de Alorna (1750-1839), Leonor da Fonseca Pimentel, a célebre portuguesa de Nápoles (1752-1799) (*Idem*, 5.º e 13.º vols., 1860 e 1885, pp. 177-178; 290) ou Soror Maria Benta do Céu (1702-?) (*Idem*, 6.º e 16.º vols., 1862 e 1893, p. 136; 352), religiosa do convento da Conceição de Braga. Além da expressão literária, que constitui o principal “talento” evocado nas biografias, inquestionavelmente reconhecido por parte da crítica e do público, algumas das mulheres que constam dessa galeria envolveram-se com causas políticas do seu tempo, em particular com a *respublica* liberal, tendo deixado registos escritos do seu empenhamento cívico. É o caso, entre outras, de Joaquina Cândida de Sousa Calheiros Lobo (1780-?) (*Idem*, 4.º vol., 1860, p. 159), autora de um “Catecismo religioso, moral e político para instrução do cidadão português” (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822) que tinha



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

como intuito “promover a instrução política, tanto de homens como de mulheres”, e no qual apelava a uma mudança nos costumes, como forma de progressão das capacidades femininas (Castro, “Uma pioneira na política...”, 2010, pp. 114-116).

Alguns elementos desta pequena elite ilustrada também “escreveram história” (Biguelini, *Tenho escrevinhado muito...*, 2016, p. 132), sem que, no entanto, lhes fosse reconhecido qualquer mérito historiográfico, o que se deve interpretar à luz dos pressupostos ideológicos, de teor androcêntrico, da disciplina histórica e da autoridade que se projeta sobre o discurso científico. Os seus textos procuravam reconstruir memórias e homenagear familiares por feitos políticos ou militares, a exemplo de Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) (*Diccionario...*, 1.º e 22.º vols., 1858 e 1923, p. 77; 165), de Maria Luiza de Valleré (1759?-1824) (*Idem*, 6.º vol., 1862, p. 140) ou de Joana Margarida Mâncio Ribeiro da Silva (c. 1792-1826?) (*Idem*, 3.º vol., 1859, p. 281). Esta última traduzirá a obra *Invasão da Russia, destroço do exercito francez* [...], publicada em 1817, à qual acrescenta fontes documentais por si pesquisadas, contribuindo para a produção do conhecimento sobre o episódio narrado.

À medida que se avança no século XIX são valorizadas outras atividades como a docência, a atividade artística ou a escrita jornalística, o que se compagina com a nova ética burguesa do trabalho, com um certo impulso de modernidade que se traduz em alguns avanços sociais tímidos e na incorporação das mulheres em novas profissões e, muito em especial, com a seleção de critérios distintos e alternativos na escolha das biografadas, proposta por setores ligados à “emancipação das mulheres”. Resgatam-se, assim, alguns percursos de mulheres que intervieram ativamente na vida sociocultural do tempo e que contribuíram para a construção de uma identidade feminina. Enquadram-se nessas condições, pelo seu protagonismo no campo do periodismo, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (*Idem*, 13.º vol., 1885, p. 248) e Maria Peregrina de Sousa (*Idem*, 6.º vol., 1862, pp. 142-143), entre outras, ou, na atividade docente, Alice Pestana (*Idem*, 20.º e 22.º vols., 1911 e 1923, p. 146) e Ana do Carmo Pessoa (*Idem*, 20.º vol., 1911, pp. 157-158). Já Ana de Castro Osório é referida, para além da docência, pela sua atividade como subinspetora do trabalho (*Idem*, 20.º e 22.º vols., 1911 e 1923, pp. 158, 343; 92-94).

A imprensa periódica feminina contribuiu para difundir estes e outros relatos de vida, ao dar visibilidade a mulheres que conquistaram posições de relevo no espaço social pelo seu mérito e trabalho. A exemplo de outros casos, o *Jornal da Mulher*, entre Julho de 1910 e Novembro de 1911, destaca, na rubrica intitulada “Senhoras em evidência”, breves perfis biográficos de mulheres que se afirmaram nos campos das letras, das artes, das ciências ou da benemerência, a exemplo de Raquel Gameiro, Maria O’Neill, Maria Augusta Bordalo Pinheiro, Carolina Michaëlis ou a Viscondessa de Sabugosa e Murça, entre tantas outras. Complementam os artigos, fotografias ou gravuras das visadas.

Revistas de teor feminista como a *Alma Feminina* ou a *Sociedade Futura*, dirigidas respetivamente por Adelaide Cabete e Ana de Castro Osório, sendo esta última diretora substituída, a partir do oitavo número,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

por Maria Olga Moraes Sarmiento da Silveira, divulgam, por “patriótica missão” (Ribeiro, “A mulher em Portugal”, 1907), “celebridades femininas de Portugal”, entendendo-se por essa expressão mulheres que se destacaram na defesa da causa feminina ou “feministas ilustres” de origem estrangeira, como Avril de Sainte-Croix ou a Condessa Gabriela Spalletti (*Alma Feminina*, Julho e Agosto, Novembro e Dezembro de 1921). Como bem assinala Vanessa Gemis, “a biografia constitui uma arma ao serviço do militantismo feminino” (2008). Essa linha editorial prosseguirá em periódicos ligados aos movimentos feministas organizados, a exemplo da revista *A Mulher* (1946), órgão do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Apesar de as biografias constituírem um vetor da historiografia académica tradicional, estando condicionadas por pressupostos ideológicos misóginos, tiveram papel decisivo na formalização de uma história do feminino, ao assegurarem um retrato inclusivo das mulheres no processo histórico, valorizando os seus percursos individuais e considerando-as agentes do saber. De igual forma, incentivaram a pesquisa sobre santas, mulheres ilustres ou a compilação dos seus escritos, independentemente de juízos de valor sobre a sua produção. Permitiram, ainda, tornar visíveis, nos meios de comunicação social, mulheres comprometidas com a obtenção de direitos femininos e com o reconhecimento de condições similares para homens e mulheres em várias áreas da vida social. Constitui, contudo, um tipo de biografia recorrente, emergindo a cada vaga feminista. Ressurgirá novamente nos finais dos anos 1970 e inícios dos anos 1980, acompanhando a efervescência política e cultural do pós-25 de Abril de 1974 e os movimentos feministas e de igualdade de género desse período, sendo o esforço de resgate da memória coletiva feminina protagonizado, sobretudo, pela Comissão da Condição Feminina, organismo estatal criado em 1977, a quem se deve a publicação de biografias de mulheres que desempenharam papel ativo na história de Portugal, em particular ativistas republicanas e militantes feministas (Vaquinhas, “Estudos sobre a história...”, 2009, p. 244), a exemplo de Carolina Beatriz Ângelo, Adelaide Cabete, Alice Evelina Pestana Coelho (Caiel), entre outras (*Boletim da Comissão...*, 1979, 1980, 1981).

A partir das primeiras décadas do século XX, as duas linhas de estudo de história das mulheres que temos vindo a explanar – o papel das mulheres na sociedade e as biografias de figuras femininas – assumem novas modalidades, sendo de assinalar, no primeiro caso, a produção jurídica sobre aspetos vários da condição feminina, em particular no quadro dos regimes matrimoniais e das estruturas familiares de vários períodos históricos, da autoria, sobretudo de historiadores do direito, como Paulo Merêa (1942, 1952, 1963), Cabral de Moncada (1948) e Guilherme Braga da Cruz (1941-1947), entre outros. Alguns autores (em particular autoras) refletem e incorporam influências do movimento feminista português nos trabalhos redigidos, a exemplo da advogada Elina Guimarães (1930, 1933, 1937, 1962), cujos estudos abordam vários aspetos da esfera privada como a adoção, o poder maternal ou a evolução da condição social e jurídica das mulheres portuguesas, entre outras matérias do foro legislativo. De igual modo, no âmbito da oposição ao Estado Novo, têm lugar algumas iniciativas que, pontual ou lateralmente, focam o papel das mulheres na história, como



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

aconteceu com o ciclo de conferências organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, no ano de 1969 (Guimarães *et alii*, *A mulher na sociedade...*, 1969).

Quanto às narrativas biográficas dos anos 1930-1960, as rainhas ocupam um lugar destacado, de acordo com a função “edificante e apologética” dos panteões tradicionais, distanciando-se da seleção das biografadas do período imediatamente anterior. Enquadram-se nesta corrente da disciplina histórica, obras de Ayres de Sá (1928), Bertha Leite (1940), Ester de Lemos (1954) e de Teresa Leitão de Barros (1924, 1949, 1950, 1954), entre outros autores. As rainhas D. Leonor, D. Filipa de Vilhena, D. Maria II ou as heroínas de Diu são objeto de biografias breves e romanceadas, de teor subjetivo e moralizante.

A renovação da história ocorrida na primeira metade do século XX, a formalização da escola francesa dos *Annales*, os contributos do marxismo e o desenvolvimento das ciências sociais vão permitir, em alguns setores intelectuais, uma abertura a novas metodologias na investigação histórica, a outros temas, perspetivas, questões e dimensões temporais. Nos anos 1930-1940, as preocupações antropológicas e sociológicas com a família e o patriarcado, na esteira dos trabalhos de Bachofen, conduzem alguns autores à elaboração de inquéritos sobre a sociedade rural portuguesa. Nesta linha de pensamento, Maria Lamas (1893-1983) percorrerá o continente e as ilhas em busca de informações sobre a condição feminina, dando à estampa, em 1948, a monumental obra *Mulheres do meu país*, que constitui um verdadeiro hino à mulher portuguesa e uma extraordinária mina informativa de aguçado sentido social.

Estas linhas de investigação mantêm-se até aos anos 1960, década em que os estudos de demografia histórica ganham fôlego, sobretudo no âmbito de teses de licenciatura nas universidades portuguesas (Mota, “Teses apresentadas...”, 1997, pp. 402-404), abrindo caminho ao conhecimento das estruturas familiares e, indiretamente, a alguns aspetos que tocam a história das mulheres. A partir da recolha e tratamento de dados dos registos paroquiais e de listas nominativas, analisam-se os comportamentos demográficos (a nupcialidade, a natalidade, a mortalidade), apuram-se as taxas de fecundidade ou as tipologias de grupos domésticos, entre outras temáticas, destacando-se os trabalhos de Montalvão Machado (1957, 1962), de J. Manuel Nazareth (1977, 1978, 1979), de Miriam Halpern Pereira (1969), entre tantos outros que muito contribuíram para a história da população portuguesa.

Influenciada pela terceira geração da escola dos *Annales*, a emergência da “nova história” social, tributária da interdisciplinaridade, conduzirá à ampliação dos conceitos de fonte e ao alargamento do campo historiográfico, incorporando-se novos territórios como os marginais, os excluídos, que beneficiarão a pesquisa sobre a história das mulheres, situação que ocorrerá a partir dos finais da década de 1970 e, sobretudo, já nos anos oitenta. Ao ser dotada de instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados e ao se deslocar a análise dos acontecimentos de natureza política para os da vida privada e quotidiana, a história das mulheres adquiriu condições para o seu progresso. Não menos importantes, nessa década, foram os fatores de natureza conjuntural, salientando-se o contributo dos movimentos feministas e de outras ações



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de intervenção feminina, os quais, ao questionarem o lugar das mulheres no processo histórico, obrigaram a rever a sua ausência e a conferir-lhes uma visibilidade que lhes permitiu aceder ao estatuto de sujeito e à cena da história. Sob o impulso dos feminismos surgem, nos anos 1970, os primeiros estudos que interrogam as origens deste movimento, suas influências teóricas e cronológicas, avançando-se no conhecimento do protagonismo feminino em associações ou movimentos que lutam pelos direitos das mulheres. Ilustra esta linha de investigação o trabalho pioneiro de Dejanirah Couto-Potache sobre “Les origines du féminisme au Portugal”, apresentado no Colóquio *Utopie et socialisme au Portugal au XIXe siècle*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, no Centro Cultural Português, de Paris, em 1979 (“Les origines du féminisme en Portugal”, 1983, pp. 449-478). Ao debruçar-se sobre as origens do feminismo em Portugal, a autora centra a sua análise no papel das mulheres como agentes de mudança. Rompendo com os parâmetros tradicionais da historiografia antropocêntrica, o seu estudo representa um avanço na história social sobre a condição feminina, podendo ser considerado o precursor de uma linha de estudos que terá grande desenvolvimento a partir dos anos 1980, centrada no papel das mulheres em movimentos sociais de diferente tipologia.

Fontes: A., “As mulheres historicamente consideradas”. *O Instituto. Jornal Científico e Litterario* [Em linha], vol. 3, 1855, pp. 157-158. [Consult. em 16 de Abril de 2020]. Disponível em https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41_v003/UCBG-A-24-37a41_v003_item1/UCBG-A-24-37a41_v003.pdf; *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva por Martinho da Fonseca*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972; ALMEIDA, Jayme d’, *A Questão Feminista (esboço crítico)*, Porto, Livraria Portuguesa Editora, 1909; ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *A Mulher. História da mulher. A mulher moderna. Educação*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913; AZEVEDO, João Ayres de, *Estudos Feministas. I. A Mulher*, Coimbra, Livraria Academica - João de Moura Marques Editor, 1905; BARROS, Teresa Leitão de, *As heroínas de Diu*, Lisboa, S.N.I., 1954; IDEM, *D. Filipa de Vilhena e as heroínas de 1640*, Lisboa, S.N.I., 1950; IDEM, *Infanta D. Maria*, Lisboa, S.N.I., 1949; IDEM, *A rainha D. Leonor*, Lisboa, S.N.I., 1949; IDEM, *Escritoras de Portugal: génio feminino revelado na literatura portuguesa*, 2 vols., Lisboa, 1924; BENEVIDES, Francisco Fonseca, *Rainhas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos*, 2 vols., Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1878-1879; CARNEIRO, Manuel Borges, *Direito Civil de Portugal. Das cousas*, vol. 2, Coimbra, 1851; CHAGAS, Pinheiro M., *Portuguezes Illustres*, 2.^a ed. rev., corr. e augm., Lisboa, Livraria de A. Ferin, 1873; COSTA, Dom Antonio da, *A Mulher em Portugal. Obra posthuma publicada em beneficio de uma creança*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892; CRUZ, Guilherme Braga da, *O direito de troncalidade e o regime jurídico do património familiar*, Braga, Livraria Cruz, 1941-1947; CUNHA, Dr. Pedro José da, *A educação da mulher*, Lisboa, Typ. da Seara Nova, 1934; *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez*, Lisboa,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Imprensa Nacional, 1870-1921; *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Inocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional (várias datas); DUARTE, Inocência de Sousa, *A mulher na sociedade civil: compendio dos seus direitos, obrigações e privilegios segundo as leis em Portugal – oferecido ás escolas do sexo feminino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870; “Feministas ilustres”, *Alma Feminina*, Ano V, Julho e Agosto, Novembro e Dezembro de 1921; FRIAS, D. C. Sanches de, *A Mulher. Sua infância, educação e influencia na sociedade. Artigos publicados no jornal “A Provincia do Pará”*, Pará, Editores Tavares Cardoso & C.^a, s.d.; GOMES, J. A. Marques, *A mulher na Antiguidade*, Lisboa, David Corazzi – Editor, 1888; GOMES, Victoria Baptista de Sousa Ribeiro, “A mulher na península”, *Alma Feminina*, Ano I, n.º 2, Fevereiro de 1917, pp. 18-20; GUIMARÃES, Elina, NUNES, Natália e ANDRESEN, Sophia de Melo Breyner, *A mulher na sociedade contemporânea*. Colóquios na A. A. da Faculdade de Direito. Lisboa, Prelo, 1969; GUIMARÃES, Elina, *A condição jurídica da mulher no direito de família perante as Nações Unidas*, Porto, Martins e Irmão Lda., 1962; IDEM, *A lei em que vivemos...: Noções de direito usual relativo à vida feminina*, Lisboa, “O Século”, 1937; IDEM, *O poder maternal*, Lisboa, Livraria Moraes, 1933; IDEM, *O feminismo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1930; LEITE, Berta, *A mulher na história de Portugal (Palestras comemorativas dos Centenários proferidas ao microfone da Emissora Nacional)*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1940; LAMAS, Maria, *Mulheres do meu país*, Lisboa, Actuális Lda., 1948; LEMOS, Ester de, *D. Maria II – a rainha e a mulher. No centenário da sua morte*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1954; MACHADO, J. T. Montalvão, *D. Filipa de Lencastre no mosteiro de Odivelas*, Lisboa, Olisipo, 1967. IDEM, *A estatística serve para desfazer falsas verdades: o sexo forte é o feminino*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962; IDEM, *Alguns aspectos da natalidade*. Separata da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Lisboa, n.º 10, 1957; MACIEIRA, Dr. Antonio, “A mulher portuguesa perante a lei”. *A Voz da Justiça*. 9, 11, 19 e 23 de Fevereiro de 1909; MERÊA, Paulo, *Evolução dos regimes matrimoniais*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913; IDEM, *Sobre o casamento “sine consensu parentum” no direito visigótico*. Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 1948; IDEM, “O dote nos documentos dos séculos IX-XII”. *Estudos de direito hispânico medieval*. T. I, Coimbra, 1952; IDEM, *Dois estudos sobre o dote no direito medieval*. Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 1942; IDEM, *Da minha gaveta: juramento e duelo - mulher forçada*. Separata de *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, vol. 38, 1963; MESQUITA, Luís de, *A mulher através os tempos. Via dolorosa*, Porto, Magalhães e Moniz Lda. Editores, 1909; MOIGÉNIE, Victor de, *A mulher em Portugal (Cartas dum estrangeiro)*, Porto, A Figueirinhas, 1924; MONCADA, L. Cabral de, “O casamento em Portugal na Idade Média”. *Estudos de História do Direito*. Vol. 1, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1948, pp. 37-82; MOURA, Carneiro de, *A mulher. A civilização. Estudo histórico, económico e jurídico da evolução paralela dos sexos*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1900; MULHER (A), *Propriedade do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 1, Ano 1.º, 1946; “Mulheres Portuguesas: Adelaide Cabete”. *Boletim da Comissão da*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Condição Feminina. N.º 2, 1979, pp. 38-40; “Mulheres Portuguesas: Emília de Sousa Costa”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 3, 1979, pp. 21-23; “Mulheres Portuguesas: Carolina Beatriz Ângelo”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 4, 1979, pp. 30-31; “Mulheres Portuguesas: Virgínia de Castro e Almeida”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 1, 1980, pp. 22-23; NAZARETH, J. Manuel, “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-1970)”. *Análise Social* [Em linha], vol. XIII (4.º), n.º 52, 1977, pp. 901-986. [Consult. em 14 de Maio de 2020]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223918174A7hTO6gz6Gp55GX3.pdf>; IDEM, “A dinâmica da população portuguesa no período 1930-1970”. *Análise Social* [Em linha], vol. XIV (56), n.º 4, 1978, pp. 729-800. [Consult. em 14 de Maio de 2020]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989360K9qCJ1jz1lv91FH7.pdf>; IDEM, *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979; OSORIO, Ana de Castro, *Instrução e educação. Crianças e mulheres*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, 1909; PALMELA, José, *A aristocracia do génio e da beleza feminina na antiguidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872; PEREIRA, Miriam Halpern, “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social* [Em linha], vol. VII, n.ºs 25-26, 1969, pp. 85-117. [Consult. em 14 de Maio de 2020]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253615P4nSE7oy4Nu53FD1.pdf>; PEREIRA, Porphyrio José, *Quadros d’alma ou a mulher através dos seculos*, Lisboa, José Maria Corrêa Seabra, 1862; PRAÇA, José Joaquim Lopes, *A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principais aspetos (instrução secundaria)*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira do editor Manuel de Almeida Cabral, 1872; RIBEIRO, Victor, “A mulher em Portugal”. *Alma Feminina*. N.º 8, 27 de Junho de 1907; ROCHA, M. A. Coelho da, *Instituições de direito civil portuguez*, 3.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1852; SÁ, Ayres de, *Rainha D. Amélia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1928; “Senhoras em evidencia”. *O Jornal da mulher. Revista quinzenal ilustrada*. 5 de Julho de 1910/15 de Novembro de 1911; SILVA, Joana Margarida Mâncio Ribeiro da, *Invasão da Russia, destroço do exercito francez na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e adicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas*, Lisboa, Imprensa Regia, 1817; SILVA, Manuel Isaías Abúndio da, *Feminismo e acção feminina: cartas a uma Senhora*, Braga, Editores Cruz & C., 1912; SILVA, Maria Regina Tavares da, “Mulheres Portuguesas: Branca de Gonta Colaço”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 2, 1980, pp. 21-23; IDEM, “Mulheres Portuguesas: Caiel”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 4, 1980, pp. 43-48; IDEM, “Mulheres Portuguesas: Carolina Michaelis de Vasconcellos”. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*. N.º 3, 1981, pp. 27-34; *Sociedade Futura* [Em linha], Anno I (01-05-1902-01-03-1904). Disponível em http://ric.slhi.pt/Sociedade_Futura/visualizador/?id=20001.007; SOUSA, Marnoco e, *Constituição política da Republica Portuguesa. Commentario*, Coimbra, França Amado Editor, 1913; VELEDA, Maria, “A mulher



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

através dos séculos”. *A Conquista. Discursos e Conferências*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor, 1909, pp. 175-212.

Bibliografia: ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Eleitores, votos e representantes”. CATROGA, Fernando e ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Respublica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 60-89; BIGUELINI, Elen, *Tenho escrevinhado muito. Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*, Coimbra, FLUC, 2016 (Tese de Doutoramento); CASTRO, Zília Osório de, “Uma pioneira na política vintista: Joaquina Cândida Lobo e o seu Catecismo”. *Revista HMiC* [Em linha], 2010, pp. 109-116. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <https://ddd.uab.cat/pub/hmic/16964403n8/16964403n8p109.pdf>; COUTO-POTACHE, Dejanirah, “Les origines du féminisme en Portugal”. *Utopie et socialisme au Portugal au XIX^e siècle, Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Paris Centre Culturel Portugais, 1982, pp. 449-478; COVA, Anne, “Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX”. ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e COVA, Anne, *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001, pp. 107-117; COVA, Anne, *Escrever a história das mulheres*. Separata de *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, vol. 4, 1999, pp. 117-129; FERREIRA, António Matos, *Um católico militante diante da crise nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. [Em linha]. Lisboa: 2007. [Consult. em 3 de Junho de 2020]. Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7208/1/EHR_4_Catolico%20Militante.pdf; GEMIS, Vanessa, “La biographie genrée: le genre au service du genre”. *Contextes* [Em linha], n.º 3, 2008. [Consult. em 11 de Maio de 2020]. Disponível em <https://journals.openedition.org/contextes/2573>; MOTA, Guilhermina, “Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População”. *População e Sociedade*, n.º 3, 1997, pp. 401-407; RAFAEL, Gina Guedes, *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas* [Em linha], Lisboa, 2011. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/6015/2/gina.pdf>; SALGADO, Maria Teresa, “Angelina Vidal: entre le socialisme et le feminisme”. *Utopie et socialisme au Portugal au XIX^e siècle, Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Paris Centre Culturel Portugais, 1982, pp. 307-318; SANTESMASES, María Jesús, CABRÉ I PAIRET, Montserrat e ORTIZ GÓMEZ, Teresa, “Feminismos biográficos: aportaciones desde la historia de la ciencia”. *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres* [Em linha], 24:2, julio-diciembre 2017, pp. 379-404. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <https://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/6303/5712>; SILVA, Maria Regina Tavares da, *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (Monografias, 1518-1998)*. Prefácio de Maria de Lourdes Pintasilgo, Lisboa, Edições Cosmos, 1999; SIMÕES, Manuel Breda, “COSTA de Sousa de Macedo, D. Antonio da (1824-1892)”. SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I/A-D. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, p. 722;

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

VASQUINHAS, Irene, “Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 3, 2000, pp. 81-101; IDEM, “Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço”. *Revista da Faculdade de Letras. História* [Em linha], Porto, vol. 3, 2002, pp. 201-221. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2287.pdf>; IDEM, “Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI”. *INTERthesis. Revista Internacional Interdisciplinar* [Em linha], Florianópolis, vol. 6, n.º 1, 2009, pp. 241-253. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p241>; IDEM, “História das mulheres”. COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antonio, *Dicionário Crítico de Género*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), 2015, pp. 335-339; IDEM, “História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais”. *Género na arte. Corpo, sexualidade, identidade, resistência. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* [Em linha], Lisboa, n.º extra, 2019, pp. 37-55. [Consult. em 24 de Abril de 2020]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/88149>.

Irene Vaquinhas